



Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 50/2024, sob o registo n.º 1.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

### **Ordem de Trabalhos**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Deliberação n.º 125/2024 – Proposta n.º 2/2024 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Lisnave Estaleiros Navais SA”**
  - 2. Deliberação n.º 126/2024 – Proposta n.º 27/2024 – DAF/DICONT – 1ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1ª ao Plano de Atividades Municipal e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
  - 3. Deliberação n.º 127/2024 – Proposta n.º 23/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de segurança e vigilância para a Casa da Cultura, Museu de Setúbal/Convento de Jesus e Forte de Albarquel, pelo período de 36 meses - concurso público n.º 41/2020/DAF/DICOMP/SECOMP**
  - 4. Deliberação n.º 128/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Consulta prévia n.º 44/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de segurança privada em edifícios municipais, pelo período de 38 meses, ao abrigo do lote 3 do acordo quadro AQ-VS-2022 – ID 4313135, promovido pela ESPAP**
  - 5. Deliberação n.º 129/2024 – Proposta n.º 25/2024 – DAF – Aprovação do Início do Procedimento de Elaboração do Regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição de Habitação Própria e Permanente, por Jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal**

6. **Deliberação n.º 130/2024 – Proposta n.º 28/2024 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão do prédio sito no Largo Alberto Mendes Fialho, nº 5, 8º-A, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
7. **Deliberação n.º 131/2024 – Proposta n.º 29/2024 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à Fração X, do prédio sito na Rua Zófimo Ramos Luz, 1, 5º B, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
8. **Deliberação n.º 132/2024 – Proposta n.º 30/2024 – DAF/DICONT/SERGE P – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o Movimento da Escola Moderna – Núcleo Regional de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 133/2024 – Proposta n.º 31/2024 – DAF/DICONT/SERGE P – Celebração de contrato de arrendamento para instalação de serviços municipais – Passeio da Misericórdia nº 1, 1A, 1B, 1C, 1D, 1E, 1F, 1G e 1H (Frações U e V), em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 134/2024 – Proposta n.º 03/2024 – GADSEA – Ratificação do contrato interadministrativo com a AMRS sobre a Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera**
11. **Deliberação n.º 135/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2024, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**
12. **Deliberação n.º 136/2024 – Proposta n.º 22/2024 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 32/2023/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para o fornecimento de refeições escolares para os alunos dos Jardins-de-infância, do 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário da rede pública do concelho, para os anos letivos de 2024/2025, 2025/2026 e 2026/2027 – Adjudicação**
13. **Deliberação n.º 137/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DEB/DIGEPE – Candidatura do Agrupamento de Escolas Ordem de Sant’iago ao Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de Quarta Geração (TEIP4)**
14. **Deliberação n.º 138/2024 – Proposta n.º 13/2024 – DOM – CP 06/2024/DOM - “Requalificação de infraestruturas e pavimentos da Avenida dos Ciprestes” - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**
15. **Deliberação n.º 139/2024 – Proposta n.º 14/2024 – DOM – CP 09/2024/DOM - “Requalificação de quarteirão urbano Joaquina Guerreiro, Lanchoa e Libânio Braga” - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**
16. **Deliberação n.º 140/2024 – Proposta n.º 15/2024 – DOM – CPCC 11/2024/DOM – Empreitada de conceção-construção do Mercado de Brejos de Azeitão - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**
17. **Deliberação n.º 141/2024 – Proposta n.º 16/2024 – DOM – CPCC 12/2024/DOM – empreitada de conceção-construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**
18. **Deliberação n.º 142/2024 – Proposta n.º 26/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 12/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o aluguer de britadeira com operador, pelo período de 24 meses – Adjudicação**

19. **Deliberação n.º 143/2024 – Proposta n.º 14/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Remo - Realização de etapa da Taça de Portugal de Remo de Mar**
  20. **Deliberação n.º 144/2024 – Proposta n.º 15/2024 – DCDJ/DIDES – Clássica da Arrábida em Ciclismo 2024 – Contrato Programa**
  21. **Deliberação n.º 145/2024 – Proposta n.º 16/2024 – DCDJ/DISOC – Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal – Apoio financeiro 2024**
  22. **Deliberação n.º 146/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio Associação de Acordeonistas de Portugal – Gala Internacional de Acordeão das Pontes e Fado em Acordeão**
  23. **Deliberação n.º 147/2024 – Proposta n.º 19/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
  24. **Deliberação n.º 148/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro – União Desportiva e Recreativa das Pontes (grupo de Sevilhanas)**
  25. **Deliberação n.º 149/2024 – Proposta n.º 21/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre CMS e Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes**
  26. **Deliberação n.º 150/2024 – Proposta n.º 22/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TAS – Teatro Animação de Setúbal**
  27. **Deliberação n.º 151/2024 – Proposta n.º 23/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TEF – Teatro Estúdio Fontenova**
  28. **Deliberação n.º 152/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DCDJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2024 – apoio financeiro às entidades participantes**
  29. **Deliberação n.º 153/2024 – Proposta n.º 25/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Grupo de Animação e Teatro Espelho Mágico, Cooperativa Cultural**
  30. **Deliberação n.º 154/2024 – Proposta n.º 26/2024 – DCDJ – Projeto de alteração ao Regulamento da Feira de Sant’Iago**
  31. **Deliberação n.º 155/2024 – Proposta n.º 27/2024 – DCDJ – Feira de Sant’Iago 2024 - Edital**
  32. **Deliberação n.º 156/2024 – Proposta n.º 48/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida por “Verificação técnica ao abrigo do artigo 12.º do RGEU” – Processo N.º 25/23**
  33. **Deliberação n.º 157/2024 – Proposta n.º 49/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição – Processo N.º 301/23**
  34. **Deliberação n.º 158/2024 – Proposta n.º 50/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição – Processo N.º 302/23**
  35. **Deliberação n.º 159/2024 – Proposta n.º 51/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura (alterações introduzidas em obra) – Processo N.º 429/18**
  36. **Deliberação n.º 160/2024 – Proposta n.º 52/2024 – DURB/GAPRU – Aditamento à concessão da licença do edifício – Processo N.º 92/18**
  37. **Deliberação n.º 161/2024 – Proposta n.º 53/2024 – DURB/GARIU – Continuidade de 40 painéis publicitários**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documento anexo registado sob o n.º 8.
- e) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo emissão de alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 9 e 10.

### **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que os Vereadores do PS foram contactados por munícipes residentes em Azeitão que lhes solicitaram esclarecimentos sobre a Rua das Gaivotas, situada na Urbanização das Galeotas. Segundo os munícipes, a rua encontrava-se a ser intervencionada, mas a sua conclusão arrastava-se no tempo e, pretendiam saber para quando estavam previstas as obras de conclusão. Manifestaram o seu descontentamento, uma vez que aquela rua atravessava a urbanização, mantinha-se inacabada, sem condições de utilização e completamente abandonada, na perspetiva dos munícipes.

Referiu que outros moradores, também de Azeitão, manifestaram o seu descontentamento para com o Estado da Rua do Pinhão, em Brejos de Azeitão, situação reportada à Junta de Freguesia por inúmeras vezes e à Câmara Municipal. A rua não se encontrava alcatroada e tinha inúmeros buracos. Os moradores referiram que foram informados que a rua em causa estava inserida numa AUGI, e por esse motivo não havia intervenção prevista. Pretendiam saber o que poderia ser feito para resolver aquela situação, e que resposta dar às justas preocupações daqueles munícipes.

Por último, disse também, que no Dia da Mulher saíram as mais recentes estatísticas da APAV para o ano 2023 e, segundo os dados, Setúbal era o 4.º distrito com mais vítimas de violência doméstica, com 2205 vítimas, sendo o Concelho de Setúbal, o 2.º no distrito com maior registo de vítimas 175. De 2021 a 2023 tinha-se constatado um crescendo.

Como alguns dos objetivos do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação 23/27, tinha algumas medidas inscritas que consideravam muito importantes para aquela problemática, pretendiam saber se já funcionava regularmente a equipa para a igualdade na vida local, e se já tinha proposto medidas adaptadas ao nosso território. Uma das medidas para promover a qualidade e eficácia dos serviços prestados às vítimas era a definição de um quadro de políticas públicas municipais, por via de um plano municipal de prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, pretendiam saber em que ponto se encontrava.

Por último, segundo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, relativamente aos conselheiros e conselheiras locais para a igualdade, Setúbal encontrava-se em nomeação e, da Área Metropolitana de Lisboa, só Mafra, Setúbal e Vila Franca de Xira se encontravam sem nomeação de conselheiro. Pretendiam saber se era opção ou se, ainda, não tinham encontrado ninguém com o perfil necessário.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse terem um conjunto de questões que tinham que ver com alguns pedidos de informação e que ainda não tinham obtido resposta. Um deles tinha a ver com o relatório do Plano de Mobilidade Sustentável e Transporte de Setúbal, que pensava que tinha ficado de ser entregue, ou tinha sido pedido pelo Gabinete do PSD e ainda não tinha sido apresentado.

Outra questão tinha que ver - colocada por si numa reunião anterior -, com a execução do PRR em Setúbal. Uma vez que - daquilo que se recordava - o senhor Presidente referiu que iria apresentar até ao final de fevereiro, era importante saber se, de facto, ia ser apresentado ou não, qual era a taxa de execução, qual era o plano de aplicação do PRR no concelho de Setúbal, e até eventualmente, ser feita uma apresentação, por parte do executivo CDU, do estado de situação relativamente ao PRR.

Outra questão que tinha também sido solicitada, tinha a ver com o levantamento de informação sobre todos os protocolos celebrados pelo município, ou com a Câmara, e com as IPSS no nosso concelho, pensava que já tinha sido pedido em setembro do ano anterior, e já tinha sido pedido mais recentemente, mas ainda não tinham obtido resposta.

Havia também outras questões que tinham a ver com pedidos de informação por parte de municípios, que também foram entregues por eles, um tinha a ver com a questão da poda das árvores, outro tinha a ver com a Rua das Gaivotas, que também tinha sido referido naquele momento.

Queriam saber para quando é que teriam resposta às questões que foram colocadas.

Por último, tinha sido emitido um comunicado pela Câmara Municipal, relativamente à questão da legislação sobre os terrenos integrados nas zonas de pressão urbanística.

Tiveram um contacto com um conjunto de municípios e de proprietários, podiam não ser municípios, relativamente àquele ponto, e gostariam de saber o que o Município pretendia fazer, uma vez que aquilo não era uma questão que dependia só de legislação nacional, também dependia de deliberação camarária e, portanto, era importante saber, exatamente, qual era o plano de ação, que é que se pretendia fazer uma vez que, inclusivamente, a Câmara já tinha emitido um comunicado no site da Câmara Municipal.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Confessou que relativamente às questões que foram anteriormente apresentadas pelos senhores vereadores, aquela era capaz de ser uma questão menor, mas fazia-a no sentido de tentar contribuir para uma solução que podia ser simples.

Na Rua Fernando Lopes Graça, falavam de São Sebastião junto à Escola Luísa Todi, ou à sede do Agrupamento de Escolas Luísa Todi, a paragem dos autocarros estava em frente a um conjunto de estabelecimentos comerciais e em cima da curva que estava também relacionada com uma rotunda, o que provocava muitos embaraços. Era uma zona de forte intensidade de estacionamento e de trânsito em determinados momentos, e o facto de a paragem estar ali naquele local provocava, às vezes, fortes perturbações no trânsito, sobretudo em determinadas horas, em determinados momentos daquilo que se chamava habitualmente hora de ponta.

Não era um especialista em gestão de trânsito, por isso podia haver, naturalmente, uma visão mais correta do que aquela que ali trazia, mas sugeriu que fosse dada alguma atenção no sentido de deslocar um bocadinho a paragem do autocarro, retirando-a da sua localização em cima da curva. Pensava que isso ajudaria a evitar alguns impactos complicados. Ele próprio, comentava muito esse cruzamento, e já tinha assistido a alguns desentendimentos na sequência da falta de paciência de alguns condutores.

Era uma sugestão que fazia, mas respeitava aquela que fosse a questão técnica, a visão técnica do assunto.

**Sr. Presidente** – Disse que não via exatamente aquela Rua das Gaivotas, provavelmente não associava a rua com o nome, mas era uma questão que ficava registada e que iam ver.

Relativamente à Rua do Pinhão ser localizada numa AUGI, como se sabia tinha muito a ver com a situação dessa AUGI e, naquele momento, não tinha essa informação, havia várias AUGI's que não têm tido desenvolvimento. A informação que tinha era que a Câmara Municipal, através do Departamento de Urbanismo incentiva as administrações das AUGI's a desenvolver os processos no sentido da sua regularização, algumas não tinham condições, havia outras que de forma um pouco lenta iam conseguindo fazer esse caminho, outras não tinham condições e, portanto, era uma situação que teria de ser avaliada. Agradeceu e iriam verificar.

Relativamente ao Plano Municipal da Igualdade, solicitou ao senhor Vereador Pedro Pina que dissesse alguma coisa, mas antes disso disse que os dados que referiu, relativamente à situação das vítimas, naturalmente, que eram dados preocupantes. Como sabiam, tinham algumas iniciativas, e designadamente também no âmbito do PRR no sentido de criar melhores condições para dar resposta a esses problemas, não de os resolver, não era da competência da Câmara fazê-lo, mas criando as condições para que essas situações fossem menos penosas, ou menos gravosas.

Relativamente ao Relatório do Plano de Transportes solicitou à senhora Vereadora Rita Carvalho que desse a informação disponível.

Sobre essa questão do desenvolvimento do plano e da taxa de aplicação do PRR era um compromisso que existia e os serviços trabalhavam nisso, oportunamente, haveria condições para isso embora naquele momento fosse preferível aguardarem que o novo Governo tomasse posse, e que definisse se havia alterações relativamente àquilo que era o que é aplicado e, portanto, com os compromissos que existiam designadamente entre a Câmara Municipal de Setúbal, o IHRU e o Ministério da Habitação, ou se havia outras orientações nesse sentido, mas naquele momento, aquilo que era conhecido, o estado da arte naquele domínio era bastante satisfatório para a Câmara Municipal e pensava que para o concelho. Sem dúvida esse trabalho era desenvolvido, logo que estivesse concluído seria apresentado.

Relativamente aos protocolos estabelecidos com as IPSS, pediu ao senhor Vereador Pedro Pina que lhes desse alguma informação.

Quanto à questão do comunicado que a Câmara Municipal emitiu sobre os terrenos situados nas zonas de pressão urbanística, foram contactados - o senhor Vereador também tinha esse conhecimento -, por alguns construtores, no nosso concelho, preocupados com uma alteração da legislação e dos efeitos dessa legislação, sobretudo pequenos construtores que tinham alguns terrenos que progressivamente iam sendo afetos à construção. E para que não houvesse dúvidas, e para que houvesse um melhor esclarecimento sobre a situação que estava criada, a Câmara Municipal entendeu emitir um comunicado para esclarecer a situação, ou seja, a Câmara Municipal de Setúbal tinha um histórico sobre a requalificação do imobiliário, portanto, das edificações designadamente no centro histórico de Setúbal, e decidiram, pensava que em 2015, estabelecer os centros históricos de Setúbal e de Azeitão, como áreas de reabilitação urbana.

Isso significava que cada uma dessas áreas, nos termos da lei, teriam benefícios, incentivos, à requalificação do edificado e à recuperação e, também, penalizações a quem não fizesse essa reabilitação e essa requalificação.

A avaliação que podiam fazer atualmente, era que essa iniciativa resultou num êxito, porque quem se lembrava de como estava o centro histórico em 2010/2015, para se situarem num período recente, com uma grande quantidade de edifícios abandonados, ou em mau estado de conservação e, presentemente quando olhavam para esse centro histórico verificavam que felizmente, que por essa via, conseguiram que muitos proprietários fizessem a requalificação e a recuperação daquele edificado, e, por isso, atualmente, quando visitavam, por exemplo, o Troino, que era das zonas mais degradadas, verificavam que havia apenas dois ou três

edifícios que ainda não estavam requalificados e, portanto, consideravam que foi um êxito aquela iniciativa da Câmara Municipal.

Entretanto, pensava que em 2019, tinha saído legislação pretendendo dar mais força àquele tipo de incentivos e de penalizações, e com a criação das zonas de pressão urbanística, no sentido daquelas zonas terem incentivos e penalizações maiores, no sentido da recuperação e da requalificação do edificado.

A Câmara Municipal de Setúbal entendeu fazer coincidir as áreas de pressão urbanística com as áreas de reabilitação urbana.

Em 2023, por iniciativa de alguns proprietários, e também de investidores na área do imobiliário junto da Câmara Municipal, avançaram para a criação de uma área de reabilitação urbana, que chamaram “*central*” e que abrangeu uma grande parte da cidade, porque entenderam que isso seria uma forma de outras áreas da cidade, para além do centro histórico, de também terem esse processo de requalificação e recuperação do edificado, isso foi em fevereiro de 2023. Em outubro de 2023, saiu uma lei, pensava que se chamava “*Programa Mais Habitação*”, sempre para pressionar, no sentido da requalificação, da recuperação e da construção de mais habitação. Contudo, essa lei não incidiu apenas no edificado, alargou essas penalizações e, esses incentivos também aos terrenos expectantes e, portanto, isso significava que terrenos que estavam expectantes para a construção, foram fortemente penalizados com essa legislação, com objetivos, também, bem determinados. Portanto, o que acontecia era que a Câmara Municipal tinha de cumprir a legislação, como era natural.

Receberam alguns daqueles construtores e proprietários, daqueles terrenos, e disponibilizaram-se para que, em conjunto, vissem a possibilidade de encontrar soluções que menos penalizassem os construtores e, sobretudo, aqueles que eram pró-ativos na construção no nosso concelho. Era isso que trataram em conjunto, no sentido de encontrar as soluções mais adequadas, também com a colaboração deles, no sentido de aqueles que têm uma atividade em permanência continua na construção de não serem penalizados, ou tão penalizados, por aquela legislação e, portanto, era essa a situação. Mas para que aquele quadro ficasse clarificado, o que estava ali em causa, entenderam fazer um comunicado esclarecendo os interessados, e a população em geral, para aqueles factos.

Agradeceu a informação dada pelo senhor Vereador Vítor Ferreira sobre a paragem do autocarro. Certamente que os serviços iriam avaliar a possibilidade de fazer uma deslocalização da paragem do autocarro.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Respondendo à questão do relatório de monitorização do Plano de Mobilidade Sustentável de Setúbal, a resposta estava feita podia ter havido um lapso no encaminhamento. Ia verificar e no dia seguinte seria enviado, aliás, a mesma questão já tinha sido colocada pela bancada do PSD na Assembleia Municipal.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o que ia dizer a seguir só a si o comprometia. Disse que se tinham realizado eleições no último domingo, e, portanto, em democracia quis cumprimentar os vencedores, todos aqueles que tinham participado, mas acima de tudo, sendo aquela uma casa da democracia, e representada por partidos fundadores da democracia, que soubessem todos tirar as devidas ilações, e como caminhavam a passos largos para assinalar os 50 anos do 25 de Abril, que soubessem todos defender o Estado de direito democrático e que soubessem todos, também, perceber o que é que os eleitores quiseram dizer com a forma como tinham expressado o seu sentido de voto. Achava que era um desafio que ficava a todos aqueles, e a todas as forças, que certamente pautavam a sua condição de organizações partidárias de querer salvaguardar naquele contexto e, naquele momento, a democracia e sobretudo os direitos fundados em abril de 74.

Quis deixar uma nota, não diria “*atalho de foice*”, mas porque teve exatamente também aquela condição de acontecer em véspera de eleições, mas, na passada sexta-feira, tinha-se realizado em Setúbal o corta-mato nacional do desporto escolar, uma iniciativa de parceria entre o desporto escolar nacional e a Câmara Municipal de Setúbal, que ali tinha trazido uma

representação de todos os pontos do território do país nacional e ilhas, dos Açores à Madeira, de Bragança ao Algarve. Tinha sido uma grande manifestação do desporto, da importância da prática desportiva, e que tinha deixado de forma indelével marcada aquela forma, também, cúmplice de poderem saber fazer também, e dar sentido àquilo que eram os projetos de parceria, e também dar sentido, por vezes, questionado, por vezes, enfim, até desprestigiado àquilo que era o Parque Urbano da Várzea, e dar-lhe um sentido muito próprio para aquilo que tinha sido, quer há 15 dias atrás, com o corta mato regional, quer naquele passado fim de semana com o corta-mato nacional, um sentido amplo daquilo que podia ser também, não só, porque sabiam bem a razão principal, que se tratava de uma bacia de retenção, mas também, dar-lhe essa condição ímpar que era um espaço polivalente, e de grande potencialidade, naquele caso particular, para a prática desportiva. Ao longo daqueles 15 dias tinham passado ali mais de 3 mil atletas entre atletas, professores, praticantes e que demonstrava bem a condição ímpar que aquele espaço tinha, e sobretudo a capacidade organizativa que a Câmara Municipal tinha tido de acolher, obviamente, em parceria com todos os professores, coordenadores do desporto escolar e, portanto, quis também saudar a coordenação do desporto escolar e, todos aqueles envolvidos, em particular, as escolas do nosso concelho.

Em relação às questões que tinham sido colocadas, começou pela questão colocada pelo senhor Vereador Paulo Calado. Efetivamente tinham um email de setembro, mas depois o requerimento efetivamente era só de fevereiro de 2004. De todo o modo, e sem prejuízo da resposta que ainda não tinha sido dada, seria importante da parte da bancada do PSD que lhes clarificasse quando referiam os protocolos a que protocolos objetivamente estavam a falar. Isso porque, e clarificava a razão da sua pergunta, se se tratavam dos protocolos estabelecidos entre a Câmara Municipal e as instituições no âmbito da transferência de competências, que eram protocolos que efetivamente estavam assinados e que tinham tido o âmbito de transferir também responsabilidades, no âmbito da transferência de competências em matéria de rendimento social de Inserção e, em matéria de ação social, ou se se tratava dos protocolos que eram realizados para apoios pontuais às instituições particulares de solidariedade social, ou ainda àqueles que diziam respeito aos apoios extraordinários que a Câmara Municipal no ano de 2023 tinha efetuado, e aqueles que eram expectantes relativamente ao ano 2024. Portanto, era essa a questão que lhe colocava.

Relativamente àquilo que tinha sido colocado pela Vereadora Patrícia Paz, efetivamente não estavam nomeados ainda os conselheiros, como tinha questionado, e muito bem, já tinham identificado um conselheiro interno, mas faltava-lhes efetivamente a decisão um conselheiro externo, pensava que esse processo estaria em breve trecho concluído. No que dizia respeito aos planos municipais de combate à violência doméstica, inseriam-se, como pensava que muitas vezes ali tem trazido no quadro do plano municipal para a igualdade, era um processo que estava a decorrer, e pensava que também até final do mês de março, princípio do mês de abril, poderiam ter já uma expressão, porque o grupo interno que estava constituído, e que estava descrito no quadro do plano municipal, previa, exatamente, o desenvolvimento desse trabalho. Era uma matéria que efetivamente por vezes, parecia que era esquecida, mas efetivamente os indicadores que ali lhes trazia não lhes permitia que a esquecessem, e era exatamente por isso que a Câmara Municipal tinha, para além daquilo que eram as suas responsabilidades, mas também naquilo que eram as suas parcerias, com um conjunto de entidades, onde se podia destacar a APAV, que tinha um espaço, como sabiam, cedido pela Câmara Municipal, uma resposta que era uma resposta não concelhia, era uma resposta distrital, mas que continuava a ter um papel crucial, assim como um conjunto de outras entidades que se debatiam com aquela problemática que, infelizmente, não tem sofrido alterações substantivas naquilo que eram os indicadores, e que isso exigia da parte da Câmara Municipal, esse trabalho atento. Agradeceu as questões e ficava o seu compromisso de lhe dar resposta mais célere possível às questões concretas que lhes tinha deixado e tentando responder, nomeadamente quer à identificação dos conselheiros externos, esse ainda não estava identificado, bem como à concretização do plano municipal de combate à violência doméstica, que decorria do plano municipal para a igualdade.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que relativamente àquele último ponto, que o senhor Vereador Pedro Pina tinha levantado relativamente às IPSS, já tinham sido claros no pedido, em princípio, eram os protocolos para apoios pontuais e extraordinários a IPSS, mas de todo o modo iam enviar por escrito, através de email, ou de carta, mas pensava que por email deveria ser suficiente para fosse possível obter todos esses protocolos.

**Sr. Vereador Fernando José** – Agradeceu aos trabalhadores da Câmara Municipal que tinham estado diretamente envolvidos naquele ato eleitoral, aos trabalhadores das juntas de freguesia, a todos os que tinham estado nas mesas de voto e que tinham permitido que aquele ato eleitoral, ali no concelho de Setúbal, tivesse decorrido com normalidade. Não tinha sido fácil, tinha sido um trabalho difícil, mas tinha sido um trabalho possível graças à dedicação, ao empenho dos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal e, das juntas de freguesia e de todos aqueles que tinham disponibilizado um dia do seu tempo para estar nas mesas de voto, permitindo que a democracia funcionasse uma vez mais.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que queria deixar uma nota relativamente às eleições legislativas, porque elas tinham acontecido, tinham tido um resultado e não podiam ficar alheios a essa realidade e, o senhor Vereador tinha feito muito bem e, ia fazer naquele momento a sua intervenção que seria curta relativamente a isso, e ia fazê-la não por autossatisfação por o PSD, no âmbito da AD, ter ganho as eleições, porque a responsabilidade era muito grande, a vitória tinha sido por muito pouco e, portanto, a capacidade de diálogo e de concretização era fundamental para que pudessem ter uma governação que fosse boa para o país e para os portugueses. Também não o fazia por crítica ao PS, que tinha perdido as eleições, mas tendo perdido as eleições, também as tinha perdido por pouco, e, portanto, o PS também tinha essa responsabilidade de refletir sobre essa derrota que tinha acontecido relativamente ao PS.

Nas eleições era sempre assim, havia uns que ganhavam e outros que perdiam. Umás vezes eram uns partidos, outras vezes eram outros partidos.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que lhe dava a sensação de que o senhor Vereador Fernando José ainda tinha uma réstia de esperança de vir a ganhar as eleições, mas não ia ganhar eleições nenhuma, porque já as tinha perdido.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não ia ganhar eleições nenhuma porque já as tinha perdido, e o líder do seu partido tinha assumido a derrota publicamente na noite das eleições, por isso confessava que não compreendia os seus apartes, relativamente àquele resultado eleitoral.

Uma segunda nota, ainda ligada àquilo, para dizer que o maior partido ganhador, que era o PSD, era um partido autárquico, com autarcas, sendo que muitos deles, ou um número com algum significado, ou a partir do fim do mês passariam a ser deputados o que quer dizer que haveria uma capacidade de diálogo muito grande com as autarquias, e essa capacidade de diálogo devia ser aproveitada porque as autarquias precisavam de mais atenção e, precisavam de apoios por parte do poder central, no sentido de conseguirem concretizar mais e melhor o seu trabalho.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que como sabiam, para além daquele desempenho autárquico, e de outros que já têm tido, era professor. Há pouco tempo, dois alunos seus de 11 anos, tinham-se zangado um com o outro e envolvido num conflito que teve de gerir como adulto, como professor. No dia seguinte esses seus dois alunos chegaram ao pé de si e pediram para trabalhar em conjunto, para darem prova de que tinham encontrado um

caminho de colaboração pacífico. Concordava quando falavam que tinham de refletir sobre os resultados, os que estavam ali enquadravam-se naqueles partidos que considerava construtores da democracia, construtores de abril, achava que talvez fosse tempo de fazerem como aqueles meninos de 11 anos, que era: deixarem-se de determinados tipos de conflitos. Iam ter sempre discordâncias ideológicas, como era óbvio, mas isso fazia parte da democracia, mas talvez fosse o tempo de começarem, depois dos próximos dias em que iam refletindo, uns cantando vitória, outros fazendo a gestão dos resultados. Talvez fosse bom que os partidos que se diziam construtores, que se diziam da democracia comessem a convergir, naquilo que ia ousar chamar, "*pactos de regime*" era capaz de ser demasiado forte, em questões que eram essenciais, por exemplo, a da habitação, a da educação pública e a da saúde.

Aconselhava, enquanto cidadão, enquanto cidadão que também se dedicava à política, que fosse possível essa convergência e esse trabalho, na defesa da democracia e dos ideais de abril, porque mais importante do que pequenas quezílias, do que pequenas questões, era exatamente isso, era continuarem a construir mais abril, mais país, mais democracia, mais respostas públicas. Era para esse caminho que achava que todos deviam contribuir. Aliás, era por causa disso que ali estavam, era o que pensava.

Quis felicitar quem tinha ganho, mas sobretudo quis felicitar a democracia, que ainda funcionou, ainda existia. E quis fazer um alerta e ia dizê-lo publicamente, ia ficar gravado: "*há neste momento no país, encontros de pessoas, homens e mulheres, que já se consideram abertamente aquilo que se chama nacional salazaristas, o que do meu ponto de vista até ofende a Constituição, mas já temos isso, neste momento no país, pessoas que não têm nenhum problema em reunir em nome daquilo a que chamam o Nacional Salazarismo*". Portanto, era altura dos partidos que se diziam da democracia procurarem entendimentos para a defesa da democracia, porque eles andavam aí, ou como se dizia no bairro onde nasceu, "*eles andem aí*".

Para isso podiam contar consigo, pensava que poderiam contar também com o Partido Socialista, e esperava que se pudesse contar com a CDU, com o PSD, independentemente das convergências no âmbito da AD, porque precisavam mesmo de defender a democracia. Iam precisar de fazer uma enorme e grande celebração do cinquentenário de abril. Mas iam precisar também de uma atuação diferente dali para a frente, para defender a democracia.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que queria dizer duas coisas. Uma primeira era que andavam ali a falar "*em nós próprios*", a falar nos partidos que ali estavam presentes, e tinham-se esquecido do "*elefante que está no meio da sala, e o elefante que está no meio da sala chama-se CHEGA*", e era preciso dizer claramente que era esse partido a que o senhor Vereador Vítor Ferreira se estava a querer referir. E concordava com o senhor Vereador, os partidos do arco da governação, onde se incluía obviamente o PCP, Bloco de Esquerda e aqueles que compunham a AD, tinham a obrigação de não ter medo de falar no CHEGA. Porque agora era preciso falar no CHEGA, porque o CHEGA já tinha uma votação expressiva. Tinha havido cerca de um milhão de portugueses que tinham saído de casa para votar num partido, que esse partido tinha sido o CHEGA. E isso tinha uma razão de ser, e a razão de ser era o descontentamento com a política que tinha vindo a ser feita pelos partidos tradicionais. E, por isso, quis chamar a atenção que era preciso ter memória, e recordava-se muito bem do Dr. António Costa um dia ter dito, não há muito tempo, que no momento em que precisasse do apoio do PSD, para fazer passar uma iniciativa legislativa se demitia. Era essa a política do Partido Socialista. Portanto, contava, depois de o ouvir, que a política do Partido Socialista mudasse de facto, porque era preciso, não uma união, nem uma conjugação, mas era preciso uma aproximação entre os vários partidos, no sentido de se concretizarem medidas que fossem de encontro aos interesses e aos desejos da população para que esse partido, que era o elefante no meio da sala, que era o CHEGA, não continuasse a subir em termos de votação, e que pudessem viver numa democracia completa e não numa democracia cortada e prejudicial para todos.

**Sr. Presidente** – Disse que, também, iria dizer alguma coisa sobre aquilo, naquela circunstância em que estavam ali num órgão político, também, que a Câmara Municipal e, portanto, de dizer alguma coisa também do ponto de vista político. Ia deixar duas ou três reflexões que achava que eram importantes, até porque as intervenções dos senhores vereadores tinham sido no sentido da reflexão de todos.

Disse que do 25 de Abril tinha resultado a Constituição da República Portuguesa e, que na Constituição da República Portuguesa se estabelecia um sistema político, baseado nos partidos políticos e, portanto, um sistema multipartidário. Havia naturalmente, aquilo que se podia dizer os partidos fundadores daquele sistema, tinham sido os que na altura tinham surgido, entretanto, havia outros partidos que surgiam, e a primeira questão que achava que se colocava era de saber, porque a Constituição definia, que partidos é que eram legalizados e que podiam permanecer no sistema político em Portugal, a Constituição definia, e, portanto, viviam num sistema democrático em que havia órgãos com autonomia, o político, o judicial e, não havia nada que dissesse que qualquer partido que estava na vida política não estivesse de acordo com os termos que a Constituição definia. Portanto, os partidos que existiam, que concorriam às eleições, deviam merecer, daquele ponto de vista, o nosso reconhecimento. Isso não queria dizer que do ponto de vista político e ideológico concordassem com as propostas, com o caminho que esses partidos propunham e apresentavam.

Por outro lado, também não podiam deixar de considerar que havia muitas centenas de milhares de cidadãos que votavam livremente, porque tinha existido o 25 de Abril em Portugal, nesses partidos, nessas forças políticas e, portanto, nessa perspectiva, deviam respeitar esse voto das populações, até porque havia uma palavra de ordem, que achava que todos comungavam, que era “*o povo é quem mais ordena*”, era uma expressão que tinha ficado e que vinha do 25 de Abril, essa afirmação e, esse reconhecimento. Respeitando, e porque não tinha sido posto em causa dos partidos que tinham concorrido àquele ato eleitoral, nenhum desses partidos tinha sido posto em causa, naquilo que eram os seus ideais e as suas propostas, naturalmente que eram obrigados também nos termos da lei fundamental do país a reconhecer essa existência e, porque, por isso também é que eram democratas, reconheciam e reconheciam-se na lei fundamental do país. Mas como tinha dito isso não queria dizer que cada um deles, concordasse com aquilo que cada um propunha, e com a forma de intervenção de cada uma dessas forças políticas.

Achava que aquilo que tinha sido dito, tanto pelo senhor Vereador do PSD, como do senhor Vereador do Partido Socialista, eram interrogações, e, portanto, a perspectiva, ou a necessidade de refletirem sobre aquilo que estava a acontecer, naturalmente, que o que estava a acontecer, como dizia o senhor Vereador Fernando Negrão, era que havia um partido a quem se tinha muitas dúvidas sobre prosseguir, exatamente, os valores da liberdade, os valores da democracia, que eram os valores que vinham do 25 de Abril, era essa a questão.

Achava que o que lhes competia fazer, se tinham essas interrogações, era ir à luta, não dizia mais nada, achava que isso era suficientemente claro, cabia-lhes fazer isso, ir à luta, e fazer com que aqueles que tinham votado “*nesta ou naquela força política*”, que era contrária àquilo que pensavam, aos nossos ideais, era procurar que esses cidadãos tivessem outro entendimento sobre os valores e a importância da construção de um Portugal de Abril.

Aproveitou para dizer que iam entrar num processo em tempos de comemorações do 25 de Abril, existia um programa em Setúbal sobre as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, era um apelo a todos para que participassem nessas diversas iniciativas e que dessa forma prosseguissem aquele caminho da afirmação dos valores de abril.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 11:

### **“Moção Dia Internacional da Mulher**

*No Dia Internacional da Mulher, celebra-se não apenas a conquista dos direitos das mulheres ao longo da história, mas também se renova o compromisso com a promoção da igualdade de género em todas as esferas da sociedade.*

*É essencial reconhecer o papel fundamental das mulheres em todos os setores da sociedade e garantir que tenham igualdade de oportunidades em todas as áreas, desde o trabalho até à participação política. A luta pela igualdade de género é uma luta por justiça, dignidade e respeito para todas as mulheres, em todas as suas diversidades.*

*Neste dia, é importante também destacar o papel crucial dos municípios na promoção da igualdade de género e no combate à discriminação. Os municípios desempenham um papel fundamental na implementação de políticas e programas que visam garantir a igualdade de género, bem como na sensibilização e educação da população sobre questões relacionadas com os direitos das mulheres.*

*Portanto, ao celebrarmos 8 de março, é crucial que todos nós, enquanto sociedade, nos comprometamos a continuar a lutar pela igualdade de género em todas as áreas da vida e a reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres para o desenvolvimento e progresso da nossa comunidade. Juntos, podemos construir um futuro mais justo e igualitário para todas e todos”.*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Deu um grande exemplo que era a diferença salarial entre aquilo que os homens ganhavam e aquilo que as mulheres ganhavam. Havia uma diferença efetiva a nível salarial entre os homens e as mulheres, a única explicação que encontrava para isso, porque não havia, nem podiam inventar nenhuma diminuição por parte das mulheres, era que sendo o poder ainda exercido maioritariamente pelos homens, eles impediam que as mulheres tivessem o mesmo vencimento que os homens. Essa era mais uma das questões às quais era preciso por cobro, porque todos estavam de acordo relativamente à condenação daquela diferença salarial, há anos, e não se resolvia o problema, e continuava a existir uma diferença salarial entre homens e mulheres.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 12:

### **“Saudação Aniversário Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Clérigos de Azeitão**

*A Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Clérigos de Azeitão celebra o seu 105.º aniversário. Fundada em 4 de março de 1919, esta prestigiada instituição tem desempenhado um papel fundamental na vida cultural e comunitária de Azeitão ao longo de mais de um século.*

*Ao longo dos anos, a Sociedade de Instrução Musical tem sido uma fonte de inspiração e de enriquecimento para a comunidade, promovendo a música e a cultura, e proporcionando oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal para os seus membros e para todos aqueles que têm a felicidade de cruzar o seu caminho.*

*Neste momento histórico em que celebramos os 50 anos de democracia em Portugal, é importante reconhecer o papel vital que o movimento associativo desempenha na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. As associações como a Sociedade de Instrução Musical são verdadeiros pilares da comunidade, promovendo a participação cívica, o voluntariado e o espírito de entreajuda.*

*Ao longo dos anos, a Sociedade de Instrução Musical tem sido um exemplo vivo do poder transformador do associativismo, unindo pessoas de diferentes origens e idades em torno de um objetivo comum: promover a cultura e o bem-estar da comunidade”.*

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 13 a 21:

**“Saudação  
Atletas do Vitória Futebol Clube representam o clube e a cidade no Campeonato  
Nacional de Pista Coberta**

*Os atletas do Vitória Futebol Clube, Jorge Parrulas, Hernâni Francisco e Luís Calha participaram no Campeonato Nacional de Pista Coberta, o qual se realizou no Pombal, durante o último fim-de-semana de fevereiro.*

*Nesta prova, Jorge Parrulas sagrou-se Campeão Nacional de salto com vara no escalão de veteranos M50, com 3.00 metros.*

*Já os atletas Hernâni Francisco e Luís Calha alcançaram também excelentes resultados no escalão de veteranos M55, tendo o primeiro ficado classificado em 7.º lugar nos 3000 metros e o segundo em 6º lugar nos 400 metros e em 4.º nos 800 metros.*

*Neste sentido, os vereadores do Partido Socialista saúdam e felicitam os atletas, a equipa técnica e o Vitória Futebol Clube pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.*

**“Saudação  
Aniversário do Clube de Ténis de Setúbal**

*O Clube de Ténis de Setúbal, entidade promotora da prática desportiva da modalidade de ténis, celebrou o seu 76.º aniversário no passado dia 10 de março.*

*Fundada em 1948, tem desempenhado um papel determinante, contribuindo para o desenvolvimento desportivo no concelho de Setúbal. Através da sua atividade de base formativa e com uma componente fortemente inclusiva, proporciona a prática de atividade desportiva às populações, num ambiente no qual todos, e em especial os jovens, têm a oportunidade de adquirir competências e desenvolver capacidades.*

*A sua atividade vai muito além do panorama desportivo local, sendo o Clube organizador de eventos de carácter nacional, os quais integram o Circuito IFT, nomeadamente o Setúbal Open e o Open Baía de Setúbal, destinado a atletas que praticam ténis em cadeira de rodas.*

*Reconhecendo o seu papel determinante para o desenvolvimento desportivo e social do concelho, enquanto parceiro indispensável do poder local para a promoção da inclusão, do bem-estar e da qualidade de vida das populações, os vereadores do Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Ténis de Setúbal, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, bem como por toda a atividade desenvolvida ao longo dos anos”.*

**“Saudação  
Aniversário do Alto da Guerra Sport Clube**

*Fundado em 1977, o Alto da Guerra Sport Clube assinalou o seu 47º aniversário no passado dia 28 de fevereiro.*

*Tem, apesar das muitas dificuldades e obstáculos, procurado criar mais e melhores condições para o desenvolvimento da sua atividade, promovendo a reaproximação dos jovens ao movimento associativo tendo em Maio de 2023 abraçado a criação das equipas de futebol de formação de petizes e traquinas, sendo um elemento fundamental da vida em comunidade e ferramenta indispensável para o desenvolvimento a nível local.*

*Assim, o movimento associativo desempenha um papel determinante no desenvolvimento sociocultural, em áreas como a cultura, juventude e desporto, constituindo-se como uma resposta alternativa às necessidades sentidas pelas populações, em articulação e colaboração com o poder local.*

*Neste sentido, os vereadores do Partido Socialista saúdam e felicitam o Alto da Guerra Sport Clube, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, reconhecendo o seu importante*

*trabalho desenvolvido junto da comunidade, enquanto agente de transformação e promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações”.*

**“Saudação  
Aniversário do Grupo Desportivo “Os Amarelos”**

*Fundado em 1965, tendo como objetivo promover a prática desportiva junto dos mais jovens, o Grupo Desportivo “Os Amarelos” celebrou o seu 68º aniversário.*

*Tem, ao longo dos seus muitos anos em atividade, desenvolvido uma importante atividade junto das populações, em prol da comunidade, para a dinamização de atividades de âmbito desportivo, cultural e social, com vista ao desenvolvimento sociocultural e promoção do bem-estar e qualidade de vida no concelho de Setúbal.*

*Assim, o Grupo Desportivo “Os Amarelos” desenvolve a sua atividade maioritariamente no domínio da formação desportiva na modalidade de futebol, mas também na prática da pesca desportiva e na organização de iniciativas de âmbito cultural e recreativo, oferecendo à população um espaço de convívio, de desenvolvimento pessoal e de participação cívica.*

*Casa de atletas reconhecidos a nível nacional e internacional, em particular na modalidade de pesca desportiva, o Grupo Desportivo “Os Amarelos” tem contribuído para a dignificação e elevação do bom nome da cidade de Setúbal, desempenhando um papel determinante, enquanto parceiro indispensável do poder local.*

*Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o clube, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, reconhecendo o importante trabalho desenvolvido desde a sua fundação até aos dias de hoje e fazendo votos de continuação do mesmo”.*

**“Saudação  
Aniversário da Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão**

*A SIMBA – Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão, uma das mais antigas entidades do movimento associativo setubalense, celebrou o seu 105º aniversário no passado dia 4 de março.*

*Fundada em 1919, a SIMBA é a centenária casa do teatro e da música de Azeitão e um símbolo icónico do movimento associativo do concelho de Setúbal. Ao longo dos últimos 105, procurou adaptar-se, acompanhando a evolução da sociedade setubalense e azeitonense, criando mais e melhores respostas para as necessidades emergentes, desenvolvendo a sua atividade de carácter voluntário, sempre em prol da comunidade.*

*Assim, a SIMBA desempenha um papel fundamental junto das populações, dinamizando iniciativas de carácter cultural, recreativo e lúdico, oferecendo à população um espaço para o convívio, para a troca de experiências, para o desenvolvimento de capacidades e competências e para a participação cívica.*

*Reconhecendo a importante atividade desenvolvida, bem como todos os indispensáveis contributos para o desenvolvimento sociocultural do nosso concelho, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a SIMBA, os órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.*

**“Saudação  
Aniversário da AMBA – Associação de Moradores do Bairro da Anunciada**

*A AMBA – Associação de Moradores do Bairro da Anunciada, fundada em 1980, assinala hoje, dia 13 de março, o seu 44.º aniversário.*

*Criada tendo como objetivo promover a organização dos moradores do Bairro da Anunciada para a defesa dos seus interesses e salvaguarda do bem-comum e bem-estar da comunidade residente neste bairro, a AMBA conseguiu constituir-se enquanto um agente de transformação social e um importante parceiro do poder local.*

*Com sua fundação, os moradores do Bairro da Anunciada passaram a ter um espaço no qual têm a oportunidade de exercer a sua cidadania de forma ativa, participando diretamente na vida em comunidade e desenvolvendo uma atividade com impacto significativo nesta, procurando criar mais e melhores respostas para os problemas e necessidades particulares deste bairro setubalense.*

*Contudo, a atividade da AMBA vai muito mais além. A Associação tornou-se num importante dinamizador do movimento associativo do nosso concelho, organizando iniciativas de âmbito cultural, recreativo e lúdico, como é exemplo o Festival Visigodo, e oferecendo à população um espaço de convívio, partilha de experiências e desenvolvimento de competências.*

*Reconhecendo a importante atividade desenvolvida, bem como os contributos para o desenvolvimento sociocultural do concelho de Setúbal, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a AMBA, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.*

#### **“Saudação**

#### **Aniversário da ACTAS – Companhia de Teatro de Setúbal**

*A ACTAS – Companhia de Teatro de Setúbal, fundada em 2006, celebrou o seu 18º aniversário no dia 10 de março.*

*Criada tendo como objetivo a promoção do teatro e das artes performativas, a ACTAS tem desenvolvido, ao longo dos últimos 18 anos, uma importante atividade, contribuindo para o desenvolvimento do panorama cultural do concelho de Setúbal e da região. Trouxe já aos palcos êxitos como “Belle Dominique - Vidas & Armadilhas” e “La Nonna”, que percorreram Portugal, e habituou-nos às magníficas e divertidas peças de comédia, que conseguem sempre deixar os públicos de bom-humor, mas também a refletir.*

*Amplamente reconhecido como forma de entretenimento, o teatro é muito mais do que isso. Cumpre uma função social, é elemento fundamental da construção da democracia, da formação para a cidadania e da transformação social. O teatro é reflexo de uma sociedade, é expressão e ferramenta de intervenção cultural e social.*

*A ACTAS, desempenha assim um papel determinante para o desenvolvimento sociocultural, enquanto parceira fundamental do poder local, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, difusão cultural e preservação de tradições, num trabalho desenvolvido de forma voluntária e em prol da comunidade.*

*Os vereadores do Partido Socialista saúdam e felicitam a Companhia de Teatro de Setúbal – ACTAS, bem como todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.*

#### **“Saudação**

#### **Rotas do Sal distinguido pela Odisseias**

*O operador turístico de Setúbal Rotas do Sal, que desde 2005 proporciona experiências únicas no contacto com a natureza, no Parque Natural da Arrábida e na Reserva Natural do Estuário do Sado, desde a observação de golfinhos à observação de aves, foi distinguido pela Odisseias, empresa baseada na oferta de uma seleção de experiências, em colaboração com diversos operadores e entidades.*

*Esta distinção, que teve lugar na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, resultou da atribuição de pontuação de excelência alcançada na avaliação do público, após realizada uma experiência com a empresa. Foram alcançados uns notáveis 9,6 pontos em 10.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o operador turístico Rotas do Sal, bem como toda a sua equipa pela distinção, a qual é um reconhecimento do seu profissionalismo e dedicação, reflexo da excelente pontuação dada por todos aqueles e aquelas que escolheram visitar o nosso concelho e viver Setúbal através das suas experiências incríveis”.*

**“Saudação  
Xtoria renova prémio Bib Gourmand**

*Pelo terceiro ano consecutivo, o restaurante setubalense Xtoria é distinguido com o Bib Gourmand, prémio atribuído pelo Guia Michelin – um referencial de qualidade da restauração e do que de melhor se faz neste setor – e que destaca os restaurantes com melhor relação qualidade-preço.*

*A distinção atribuída ao Xtoria em 2021, e sucessivamente renovada pelo famoso Guia, recolocou a restauração setubalense nos roteiros da elite do turismo gastronómico. A cidade acolheu, entre 1936 e 1938, uma das primeiras Estrelas Michelin atribuídas em território nacional: o restaurante Clube Naval.*

*Atualmente, em Portugal existem apenas 8 restaurantes com duas Estrelas Michelin, 31 com uma Estrela Michelin e 32 distinguidos com prémio Bib Gourmand.*

*Os Vereadores do Partido Socialista felicitam o restaurante Xtoria e toda a sua equipa pela renovação desta importante distinção, reconhecimento da sua dedicação, profissionalismo e excelência, e saúdam todos quantos contribuem diariamente para o engrandecimento da gastronomia e da restauração setubalense, fazendo votos de que este seja apenas o primeiro passo para que Setúbal possa ser novamente casa de uma Estrela Michelin”.*

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 22:

**“Saudação  
8 de março – Dia Internacional da Mulher**

*Assinalámos, no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher.*

*Efeméride que, tendo surgido da necessidade de reconhecer as lutas das mulheres no início do século XX, nomeadamente do movimento sufragista, continua a ser de extrema relevância nos dias de hoje, enquanto celebração de tudo aquilo que foi até agora conquistado, mas também, enquanto momento de reflexão sobre o caminho que falta percorrer, de forma a atingir a plena igualdade entre géneros.*

*Este ano, em que se celebra também os 50 anos do 25 de Abril, é particularmente importante assinalar este dia, celebrando os avanços, feitos em democracia, para a concretização e salvaguarda dos direitos sociais, familiares, económicos, profissionais e políticos das mulheres.*

*Contudo, continuam a vigorar desigualdades gritantes no seio da nossa sociedade, tendo como fator discriminatório o género. Sem acesso às mesmas oportunidades profissionais e políticas, as mulheres continuam a ser discriminadas tanto na esfera pública como na esfera privada, alvos de mais precariedade e violência, arrecadando com a maior parte do trabalho doméstico não remunerado.*

*Em Portugal, só em 2023, 17 mulheres foram assassinadas em contexto de violência doméstica e, até à data de 15 de fevereiro de 2024, foram já assassinadas 6 mulheres neste mesmo contexto.*

*Este é o crime que mais mata em Portugal.*

*De entre as mulheres, há que reconhecer os diferentes níveis de opressão. A interseccionalidade, ou seja, a sobreposição de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão e dominação, mostra-nos que, conceitos e fenómenos como o racismo, a xenofobia, a misoginia, a homofobia, a transfobia, o capacitismo, o classismo e intolerâncias baseadas em crenças não agem independentemente umas das outras, mas que essas formas de opressão se inter-relacionam, criando um sistema de opressão, que reflete o “cruzamento” de múltiplas formas de discriminação.*

*Desta forma, a desigualdade de género afeta significativamente mais mulheres em situação de especial vulnerabilidade e em condições precárias, mulheres da comunidade LGBTQIA+,*

*mulheres emigrantes e de grupos racializados, mulheres portadoras de deficiência e todas aquelas com outros fatores identitários, que moldam as suas experiências de discriminação. Com o surgimento de diversas situações de conflito armado um pouco por todo o mundo, é impossível deixar de referir, que são as mulheres e crianças as mais afetadas nestes contextos, devido à sua maior vulnerabilidade social, sendo muitas vezes confrontadas com formas específicas de violência, como a violência sexual (utilizada como arma e método de tortura), cujas consequências persistem mesmo depois de a guerra ter terminado.*

*No entanto, não é apenas em contextos de conflito armado, que vemos os direitos das mulheres e de outras minorias colocados em risco. A onda de retrocesso, que tem afetado diversos países democráticos, com a proliferação de movimentos de extrema-direita e com o extremar de posições ideológicas e políticas, coloca em causa todas as conquistas até agora alcançadas, pois os direitos das mulheres são os primeiros a ser atacados.*

*Esta é uma tendência inegável a nível europeu, assim como também no cenário português.*

*A ameaça à democracia e liberdade das mulheres é maior do que alguma vez reportado nestas últimas cinco décadas. No ano em que se celebram os 50 anos do 25 de Abril, há cada vez mais movimentos e discursos de ódio, que põem em causa todas as conquistas a nível de igualdade e justiça.*

*São discursos contra as mulheres e contra a própria democracia.*

*Contra este conservadorismo e extremismo crescente, é imperativo reafirmar a luta pelos direitos das mulheres, por uma sociedade mais justa e solidária.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista repudiam veemente todas as formas de discriminação e violência de género, que ainda marcam a nossa sociedade e saúdam todas mulheres, em particular as do concelho de Setúbal, bem como todas aquelas que, diariamente, defendem e lutam por uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e inclusiva, dedicando a todas O mar dos meus Olhos de Sophia de Mello Breyner Andresen, in Obra Poética:*

*Há Mulheres que trazem o mar Nos olhos*

*Não pela cor Mas pela vastidão da alma*

*E trazem a poesia nos dedos e Nos sorrisos*

*Ficam para além do tempo*

*Como se a maré nunca as Levasse*

*Da praia onde foram felizes*

*Há Mulheres que trazem o mar Nos olhos*

*Pela grandeza da imensidão da alma*

*Pelo infinito modo como abarcam as coisas e os Homens...*

*Há Mulheres que são maré em noites de tardes... e calma”.*

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 23:

**“Voto de Pesar  
Falecimento de João Alonso**

*João Alonso, diretor técnico da Associação de Ténis de Setúbal, faleceu no passado dia 29 de fevereiro.*

*Lembrado por todos aqueles que tiveram a oportunidade de o conhecer, bem como pelas inúmeras entidades do movimento associativo no distrito de Setúbal, que expressaram a sua tristeza ao vê-lo partir, pela sua dedicação, profissionalismo e bom humor, João Alonso deixa uma importante marca no panorama desportivo da região e do país, através do seu trabalho assim como importantes contributos para o desenvolvimento e promoção da prática desportiva da modalidade de ténis.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família enlutada, aos amigos e todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, as mais sentidas condolências”.*

Fez-se um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação n.º 125/2024 – Proposta n.º 2/2024 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Lisnave Estaleiros Navais SA”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Ausentou-se da sala de reuniões o senhor vereador Fernando José.

### **2. Deliberação n.º 126/2024 – Proposta n.º 27/2024 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipal e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 a 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 5 abstenções, 3 do PS e 2 do PPD/PSD.

### **3. Deliberação n.º 127/2024 – Proposta n.º 23/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de segurança e vigilância para a Casa da Cultura, Museu de Setúbal/Convento de Jesus e Forte de Albarquel, pelo período de 36 meses - concurso público n.º 41/2020/DAF/DICOMP/SECOMP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Entrou na sala de reuniões o senhor vereador Fernando José.

### **4. Deliberação n.º 128/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Consulta prévia n.º 44/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de segurança privada em edifícios municipais, pelo período de 38 meses, ao abrigo do lote 3 do acordo quadro AQ-VS-2022 – ID 4313135, promovido pela ESPAP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 129/2024 – Proposta n.º 25/2024 – DAF – Aprovação do Início do Procedimento de Elaboração do Regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição de Habitação Própria e Permanente, por Jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que como era sabido, aquela matéria tinha sido proposta pelo PSD, no final do ano anterior, visando que fosse possível aos jovens adquirir habitação em Setúbal própria e permanente, e que não tivessem o custo, ou seja, em que estivesse isento o Imposto Municipal sobre as Transações. Portanto, obviamente, que urgia que aquele regulamento fosse aprovado e que fosse posto em prática essa medida. Questionou que na documentação entregue o projeto de regulamento não estava em anexo.

**Sr. Presidente** – Disse que aquele era um novo modelo de avançar para o regulamento, ainda não há muito tempo o regulamento, a proposta, era apresentada e depois havia os contributos, etc., o que se estabelecia ali, naqueles pontos todos, era os termos em que os interessados podiam participar, e deviam participar, tendo em conta aquilo que estava estabelecido, e o objeto da proposta que tinha sido aprovada, e que no fundo se sintetizava: *“Aprovação do Início do Procedimento de Elaboração do Regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição de Habitação Própria e Permanente, por Jovens dos 18 anos até aos 35 Anos no Município de Setúbal”*, era essa a proposta que tinha sido aprovada. Depois, estavam ali os termos a que obedecia a elaboração daquele regulamento e a forma como cada um dos interessados poderia participar com contributos para a elaboração desse regulamento.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que então, também, dariam contributos para a elaboração desse regulamento.

**Sr. Presidente** – Disse que não tinha lido, mas ia ler: *“Autorizar a participação procedimental através da constituição como interessados a todos aqueles que, de acordo com o n.º 1, do Artigo 68.º, do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus”*, portanto, nos termos da lei: *“A participação procedimental através da apresentação de contributos para a elaboração do projeto de regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição de Habitação Própria e Permanente, por jovens até aos 35 anos”*. Portanto, estava ali estabelecido os termos e naturalmente, que todos os interessados deviam participar.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

Ausentou-se da sala de reuniões o senhor Vereador Fernando José.

**6. Deliberação n.º 130/2024 – Proposta n.º 28/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão do prédio sito no Largo Alberto Mendes Fialho, nº 5, 8º-A, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 131/2024 – Proposta n.º 29/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à Fração X, do prédio sito na Rua Zófimo Ramos Luz, 1, 5º B, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 132/2024 – Proposta n.º 30/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e o Movimento da Escola Moderna – Núcleo Regional de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 a 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 133/2024 – Proposta n.º 31/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Celebração de contrato de arrendamento para instalação de serviços municipais – Passeio da Misericórdia nº 1, 1A, 1B, 1C, 1D, 1E, 1F, 1G e 1H (Frações U e V), em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Entrou na sala de reuniões o senhor vereador Fernando José.

Ausentou-se da sala de reuniões a senhora Vereadora Patrícia Paz.

**10. Deliberação n.º 134/2024 – Proposta n.º 03/2024 – GADSEA – Ratificação do contrato interadministrativo com a AMRS sobre a Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 135/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2024, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que aquela proposta visava proceder ao recrutamento, de alguns trabalhadores, tendo em conta que, durante o ano de 2023 verificaram várias saídas definitivas.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que os Vereadores do Partido Socialista, obviamente, que iriam votar favoravelmente aquela proposta.

Ao longo do tempo tinham vindo a chamar sempre a atenção e a combater, ali na Câmara Municipal de Setúbal, a questão dos falsos recibos verdes, os tais contratos de trabalho encapotados. Tem existido um esforço naquele mandato, na pessoa da Vereadora Carla Guerreiro, responsável pelos Recursos Humanos, mas também do Diretor de Departamento no sentido de resolver aquelas situações, não obstante, tinham verificado, nas recentes visitas a vários serviços da Câmara Municipal, algumas situações que estavam em desconformidade e que consubstanciam, também, esses falsos recibos verdes.

Percebiam muitas vezes a urgência e a necessidade de se recorrer àquelas prestações de serviço, mas era preciso ter em atenção que estavam a falar de jovens em início da sua vida profissional e, portanto, quando defendiam mais condições para os jovens, no mercado de trabalho, tinham também de ter essa atenção.

Portanto, era um alerta que fazia, para que aquelas situações, que eram necessárias obviamente, à Câmara Municipal, que fosse depois também, num futuro próximo, elas alvo de uma resolução que tinha que, obviamente acontecer.

E era nesse sentido que os Vereadores do Partido Socialista faziam um requerimento, depois poderiam fazê-lo por escrito, e fazê-lo chegar ao gabinete do senhor Presidente, mas queriam ter acesso a tudo aquilo que eram prestações de serviços, naquele momento, na Câmara Municipal de Setúbal, estavam a falar de recibos verdes, prestações de serviço/recibo verde, tudo o que fosse, não só, trabalhadores que estavam a desempenhar nos vários serviços da Câmara, mas que também estavam afetos nos vários gabinetes. E, faziam também esse pedido relativamente aos Serviços Municipalizados de Setúbal. Portanto, poderiam fazer depois chegar isso por escrito, mas desde já ficava esse requerimento.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 136/2024 – Proposta n.º 22/2024 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 32/2023/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para o fornecimento de refeições escolares para os alunos dos Jardins-de-infância, do 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário da rede pública do concelho, para os anos letivos de 2024/2025, 2025/2026 e 2026/2027 – Adjudicação**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 a 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Entrou na sala de reuniões a senhora vereadora Patrícia Paz.

**13. Deliberação n.º 137/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DEB/DIGEPE – Candidatura do Agrupamento de Escolas Ordem de Santiago ao Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de Quarta Geração (TEIP4)**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54.

**Sra. Vice-Presidente** – Dirigiu-se ao senhor Presidente e disse que aquele número 7, tinha sido um lapso, porque quanto tinham estado a trabalhar a proposta tinham visto que aquele número 7 não podia estar ali, porque não tinham capacidade para decidir se a Câmara ia continuar a apoiar aquelas medidas, e, porque aquela medida não podia ser diferenciadora de todos os alunos do concelho, não se podia destinar unicamente aos alunos daquele agrupamento e, a acontecer ela tinha que se destinar de uma forma genérica a todos os alunos do concelho e, por isso ela não podia estar ali incluída. Pediu desculpa, mas a versão que tinha vindo, não podia ter aquele número 7.

Disse que queria retirar aquele número (7. *Dar continuidade às medidas adicionais de carácter extraordinário e urgente como a isenção do pagamento da refeição e AAAF dos alunos beneficiários do escalão B da segurança social*), não a proposta, porque tinham que apresentar candidatura com o agrupamento até ao final do mês. Pediu a correção, e que fosse retirado aquele número 7. Aquilo era uma medida que tinham vindo a aplicar nos 2 últimos anos letivos, uma medida excecional da Câmara, e não a poderiam aplicar apenas a um agrupamento.

**Sr. Presidente** – Disse que o que se propunha era que se retirasse o número 7. Questionou se alguém via algum inconveniente em que se retirasse o número 7 da proposta.

Como não houve passaram à votação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Saiu da sala de reuniões a senhora Vereadora Rita Carvalho.

**14. Deliberação n.º 138/2024 – Proposta n.º 13/2024 – DOM – CP 06/2024/DOM - “Requalificação de infraestruturas e pavimentos da Avenida dos Ciprestes” - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que a sua bancada tinha vindo a questionar sobre o estado da Avenida dos Ciprestes e para quando a intervenção naquela via de circulação tão importante para a entrada e saída de automóveis na cidade. Finalmente viam uma proposta de requalificação daquela infraestrutura.

Disse que era importante saber se no desafio em que se ia fazer aquela intervenção, quando a referida via teria que continuar transitável. Questionou se já haveria um plano de mitigação para o tráfego urbano, uma vez que já havia um problema diário com a saída dos automóveis,

no sentido de Palmela. Perguntou qual seria a solução, partindo do pressuposto que a referida via teria que estar transitável.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que tinham chegado ao projeto e ao concurso e depois de adjudicada a obra seriam cerca de 150 dias. Em relação ao plano de mobilidade, disse que fazia parte da proposta do concorrente, o qual teria de ser aprovada pelo setor da mobilidade da câmara e pelo Departamento de Obras Municipais. Naquela via iriam ter um particular cuidado nas soluções de mobilidade a encontrar, para evitar perturbações, uma vez que se tratava de uma via utilizada para entrada e saída em Setúbal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 139/2024 – Proposta n.º 14/2024 – DOM – CP 09/2024/DOM - “Requalificação de quarteirão urbano Joaquina Guerreiro, Lanchoa e Libânio Braga” - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que aquela intervenção visava resolver uma situação que tinha mais de 40 anos. Designadamente de um loteamento que não tratou dos arranjos exteriores e resolver o espaço deixado pela ex-cantina da escola, que fora demolida, mas que durante muitos anos tinha sido um espaço de culto evangélico. Tratava-se de requalificar o espaço não só da praça, mas de toda a zona envolvente.

Disse que era uma intervenção muito importantes e muito esperada pela população local e que lhes parecia que iria ao encontro das suas necessidades.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Saiu da sala de reuniões o senhor vereador Fernando José.

**16. Deliberação n.º 140/2024 – Proposta n.º 15/2024 – DOM – CPCC 11/2024/DOM – Empreitada de conceção-construção do Mercado de Brejos de Azeitão - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Saiu da sala de reuniões a senhora Vice-Presidente.

**17. Deliberação n.º 141/2024 – Proposta n.º 16/2024 – DOM – CPCC 12/2024/DOM – empreitada de conceção-construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Entrou na sala de reuniões a senhora Vereadora Rita Carvalho e a senhora Vice-Presidente.

**18. Deliberação n.º 142/2024 – Proposta n.º 26/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 12/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o aluguer de britadeira com operador, pelo período de 24 meses – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 a 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 143/2024 – Proposta n.º 14/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Remo - Realização de etapa da Taça de Portugal de Remo de Mar**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 64 e 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Entrou na sala de reuniões o senhor vereador Fernando José.

**20. Deliberação n.º 144/2024 – Proposta n.º 15/2024 – DCDJ/DIDES – Clássica da Arrábida em Ciclismo 2024 – Contrato Programa**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 e 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 145/2024 – Proposta n.º 16/2024 – DCDJ/DISOC – Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal – Apoio financeiro 2024**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 e 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 146/2024 – Proposta n.º 18/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio Associação de Acordeonistas de Portugal – Gala Internacional de Acordeão das Pontes e Fado em Acordeão**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 147/2024 – Proposta n.º 19/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71.

**Sr. Vereador Fernando José** – Questionou o senhor Presidente se não estaria recordado que alguns dias atrás a sua bancada tinha levantado a questão do acerto, por causa do pagamento do IVA daquelas instituições. O senhor Presidente ficou de verificar a situação no sentido de resolver a razão pela qual estariam a ser penalizadas na questão do IVA. Não tiveram nenhuma resposta, não sabia se aquela situação já estaria contabilizada naquela proposta.

**Sr. Presidente** – Disse que desconhecia naquele momento como estaria aquele trabalho e que iria verificar qual seria a sua evolução.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 148/2024 – Proposta n.º 20/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro – União Desportiva e Recreativa das Pontes (grupo de Sevilhanas)**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 149/2024 – Proposta n.º 21/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre CMS e Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 73 e 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 150/2024 – Proposta n.º 22/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TAS – Teatro Animação de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 75 e 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 151/2024 – Proposta n.º 23/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TEF – Teatro Estúdio Fontenova**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 77 e 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 152/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DCDJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2024 – apoio financeiro às entidades participantes**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 153/2024 – Proposta n.º 25/2024 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Grupo de Animação e Teatro Espelho Mágico, Cooperativa Cultural**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 80 e 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**30. Deliberação n.º 154/2024 – Proposta n.º 26/2024 – DCDJ – Projeto de alteração ao Regulamento da Feira de Sant'Iago**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 82 a 86.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinha recebido um grupo de cidadãos, cerca de oito, sendo que dois deles não eram de Setúbal, que vieram propor a possibilidade de ser criado um mecanismo no âmbito do regulamento, para que o artista principal a apresentar no dia mais destacada da feira fosse através de um concurso devidamente divulgado nos meios de comunicação social local e nas redes sociais.

Deixou aquela sugestão, principalmente por que estaria relacionado com a participação do cidadão na escolha da festa onde iria estar presente. A participação dos cidadãos deveria ser

bem acolhida quando fazia sentido e naquele caso fazia algum sentido, mas os senhores Vereadores da CDU tinham mais experiência do que os Vereadores do PSD, deixando nas mãos dos senhores Vereadores da CDU.

**Sr. Presidente** – Disse era interessante a forma como o senhor Vereador Fernando Negrão colocava a questão, por que se tratava da participação dos cidadãos. Setúbal tinha como lema “*Município Participado*”, pelo que teria de estar sempre aberto às sugestões e porque era assim que se construía a democracia e ao incentivo à participação.

Relativamente à questão em concreto, sugeriu que refletissem sobre aquela situação e que no próximo ano pudessem vir a considerar aquela possibilidade.

Disse que na sequência de um concurso público, supostamente o mesmo poderia ser ganho por alguém que atingisse um valor orçamental que fosse impossível de concretizar, por essa razão deveriam ponderar e refletir sobre aquela matéria, ficando o compromisso que no próximo ano teriam uma proposta, tendo em conta o valor que pudesse estar em causa. Aquela era a sua sugestão para não colocar em causa o critério que o senhor Vereador Fernando Negrão colocou, do qual teriam de assumir que era a participação dos cidadãos.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que insistiria no próximo ano.

**Sr. Presidente** – Questionou os restantes Vereadores se estariam de acordo com a sua gestão.

Disse que era uma responsabilidade que todos assumiriam se estivessem de acordo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **31. Deliberação n.º 155/2024 – Proposta n.º 27/2024 – DCDJ – Feira de Sant’Iago 2024 - Edital**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 87 e 88.

**Sr. Vereador Fernando José** – Saudou o facto de o dia 25 de julho, dia de Sant’Iago não ficar fora do certame, como já aconteceu naquele mandato. Não conseguiam perceber a duração da feira, umas vezes tinha a duração de 16 dias, outras vezes tinha a duração de 10 dias e outras vezes tinha a duração de 11 dias.

Questionou por que razão o certame naquele ano tinha a duração de 11 dias.

**Sr. Presidente** – Disse que a Feira de Santiago tinha sido durante muitos anos e continuava a ser um evento de referência, que fazia parte da história da própria cidade, devendo ser sempre considerada como um evento de destaque e determinante na vida de animação da cidade.

Disse que inicialmente a Feira de Santiago tinha a duração de 15 dias e depois tinha mais 15 dias enquanto feira dos barros. Quando a feira passou para o Parque de Santiago tiveram uma discussão acalorada sobre a questão, e decidiram que quando terminasse o período da feira, os barros iriam para a Avenida Luísa Todi para se manter a tradição. Logo no primeiro ano a maior parte dos vendedores de barros não ficaram os 15 dias e abandonaram a feira, porque também o tempo das loiças em barro tiveram o seu tempo nas casas tradicionais. Os pescadores aproveitavam a feira para fazer a reposição da louça em suas casas. Surgiram outras opções, outros materiais em substituição dos barros. Por muita vontade e determinação que todos tivessem de levar os barros para a Avenida Luísa Todi, os vendedores de barros, a meio do tempo abandonaram o certame, porque não havia quem os

comprasse. Aquilo era um sinal dos tempos. Lamentava sinceramente que a louça de barro não continuasse a ser uma peça fundamental nas cozinhas.

Disse que não punha em causa a importância da Feira de Sant'ago e a referência da Feira de Santiago na história da cidade de Setúbal e da região. Muitas vezes vinham afirmando que a Feira de Sant'ago era a maior feira a sul do Tejo e nunca poderia deixar de ser uma referência central na cidade de Setúbal e era naquele sentido que a Câmara Municipal também vinha trabalhando.

Relativamente aos tempos teriam de considerar, que inicialmente a Feira de Sant'ago era praticamente o único evento de destaque que havia na cidade de Setúbal, mas atualmente tinham na cidade de Setúbal um leque enorme de eventos, que não concorriam com a feira, mas eram animações diferenciadas para a cidade setubalense, que começavam em meados de junho e terminavam em princípios de julho.

O "Fest'Asso" que era uma iniciativa da União das Freguesias de Setúbal, que tinha lugar no Parque José Afonso, no fim de semana que terminava o "Fest'Asso" começava a "Festanima" que era a festa da Freguesia de São Sebastião a qual iria terminar exatamente no fim de semana em que se iniciava a Feira de Sant'ago. Tratava-se de duas grandes iniciativas de referência que mobilizavam a população, em particular as do centro da cidade e da União de Freguesias. Tratava-se de eventos muito importantes, que mobilizavam os cidadãos.

Disse que era muito importante aquelas iniciativas para o movimento associativo, porque era uma forma de angariar receitas para as suas atividades. Disse que estavam a falar de meados de junho a meados de julho, um pouco mais naquele ano, porque a "Festanima" terminava no fim de semana em que se iniciava com a Feira de Sant'ago. A seguir à Feira de Sant'ago tinham outros eventos que se prolongavam até meados de setembro.

Naquele ano, a Feira de Sant'ago mesmo com os 11 dias que era proposto, terminava no fim de semana em que se realizavam as festas de Troia, sabendo que as festas de Troia mobilizavam uma parte significativa da população de Setúbal. No fim de semana seguinte começava as Festas da Mourisca, o Festival do Teatro indo até ao mês de setembro, num conjunto de iniciativas sempre em contínuo. O verão em Setúbal tinha aquela oferta diferenciada e era importante que mobilizassem as nossas populações e a as que os visitavam. A Feira de Sant'ago tinha um investimento e os outros eventos tinham igualmente investimentos. A Festa da Mourisca era uma festa do movimento associativo das Freguesias do Sado e da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

Disse que tinham que contemplar todos aqueles interesses, sem retirar a atribuição a cada um deles, porque eram igualmente eventos extremamente importantes na sociedade setubalense no concelho de Setúbal, em particular naquelas freguesias. Pelas razões apresentadas propunham a redução do tempo da feira de Sant'ago naquele ano. Aquilo não significava retirar força, dignidade e prestígio à Feira de Sant'ago. Certamente que haveria que concentrar na Feira de Sant'ago os investimentos que seriam necessários e dar-lhe toda a projeção e atribuição que a Feira de Sant'ago merecia.

Disse que tinha sido aquela a razão da reflexão e da ponderação que fizeram relativamente àquela proposta.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a questão colocada pelo senhor Vereador Fernando José era uma questão legítima.

Aproveitou para saudar o diretor da Feira de Sant'ago, Mário Correia.

Disse que se tratava de uma matéria que não tinha a ver com uma teimosia. Ninguém naquela sala com mais ou menos presença nos vários anos de certame da Feira de Sant'ago poderia dizer-se distanciado da Feira de Sant'ago, todos tinham uma relação diferente da feira. Todos os anos era uma questão que lhes era colocada, sendo legítima que fosse colocada.

Na análise mais técnica que faziam da feira e à questão concreta que o senhor Vereador fazia, poderiam dizer que mais dias tinham vantagens e mais dias tinham desvantagens, menos dias poderiam ter outras vantagens. Não estava determinado que havendo mais dias associados à feira que haveria vantagens objetivas no somatório de todo o evento.

Disse haver uma preocupação que a bancada do Partido Socialista no passado já tinha colocado, bem como a bancada do Partido Social Democrata, que a Feira de Sant'ago fosse uma referência enquanto evento maior e o facto de ser um evento maior não tinha de ser expressamente pelo número de dias, não tornava a Feira de Sant'ago maior tendo mais ou menos dias.

Referiu que pretendiam introduzir algumas novidades naquele ano, em algumas coisas que viessem a acontecer na Feira de Sant'ago para poder acrescentar valor àquilo que seriam os públicos que iriam à Feira de Sant'ago. Acreditavam que os cinco dias que a feira perdia relativamente ao ano anterior, não traziam prejuízo para a Feira de Sant'ago.

A Feira de Sant'ago debatia-se com um problema, a Feira de Sant'ago não era um festival, mas um evento com uma tradição longínqua, secular, que tinha um investimento e um orçamento municipal, em que uma parte significativa daquilo que acontecia na Feira de Sant'ago tinha como atração forte, os espetáculos da Feira de Sant'ago. Sabiam os senhores Vereadores que tiveram ao longo dos últimos anos um problema concreto, festivais com uma área de proximidade a menos de cinquenta quilómetros que permitam por acordo expresso com os artistas e com uma capacidade financeira diferente da Câmara Municipal de Setúbal, porque quando se tratava de um festival e sendo que um festival tinha bilhetes pagos, por essa razão no ano anterior tiveram vários artistas que não vieram atuar na Feira de Sant'ago, porque nos seus contratos em comparação com outros festivais de grande proximidade, não podiam atuar nem 15 dias antes, nem 15 dias depois.

Na análise que fizeram com a equipa técnica da Feira de Sant'ago, com aquilo que pretendiam naquele ano acrescentar, que fosse uma celebração da extensão daquilo que seriam as comemorações do 25 de Abril. Somando tudo aquilo que a feira deveria manter e tornar atrativo. A equipa técnica da feira fez um périplo por todo o país, visitando aquilo que era importante considerar noutras feiras, como seria a feira de Leiria, a feira de Aveiro, e algumas feiras no Algarve, bem como num conjunto de certames realizados pelo país, para perceber o que poderia ser diferenciado.

Entendiam que para a proposta e para a ideia que naquele ano tinham, e um pouco naquilo que o senhor Presidente dissera, valeria a pena fazer aquela cronologia, porque eram muitos os eventos com muitas diferenças. Disse precisarem de garantir qualidade e excelência naquilo que era a Feira de Sant'ago, sendo que essa qualidade e excelência não se traduzia necessariamente por mais ou menos dias, traduzia-se na capacidade de ter uma realização que fosse condigna para quem os visitava.

Disse que se tratava de uma feira que traduzia a liberdade, onde estavam representados os partidos políticos, forças vivas da cidade e as associações, que se congregavam para o maior o superior interesse da cidade, o que não acontecia em mais nenhum espaço de outros eventos. Aquela foi a opção que apresentavam para a edição de 2024, considerando as características e analisando os prós e contras.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que agradecia os esclarecimentos do senhor Presidente e também do senhor Vereador Pedro Pina, percebiam o argumentário apresentado, mas a questão que colocaram sobre a duração da feira não era uma questão menor.

Disse que percebeu aquilo que dissera o senhor Vereador Pedro Pina no sentido de a duração da feira ser maior ou menor, poder trazer vantagens ou desvantagens, no entanto, no mandato anterior houve uma análise feita por parte da Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente pela ex-presidente e pelos vereadores, sendo que o senhor Vereador Pedro Pina já fazia parte há dois mandatos atrás.

De acordo com a referida análise consideraram que a redução do número de dias da feira seria um erro, razão pela qual voltaram a repor os 16 dias, atualmente concluem que não tinha nenhum tipo de prejuízo. Significava que aquilo que fora ali dito, o facto de haver uma diminuição do número de dias da feira não levaria a uma menor procura por parte de feirantes.

Questionou se não iria levar a que os feirantes procurassem em menor número a Feira de Sant'Iago, por força daquela duração.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que se tratava de uma questão legítima e pertinente, mas sem querer regressar ao passado, porque interessava olhar para o futuro, os indicadores que se consubstanciaram naquela análise, atualmente não correspondiam a uma realidade objetiva.

Referiu que seria verdade que se houvesse mais dias de feira, quem permanecesse mais dias na feira promoveria mais receita, sendo também verdade que se houvesse mais dias de feira a mesma teria mais despesa. Tratava-se de um equilíbrio que objetivamente ninguém poderia determinar até por variáveis que não conseguiam antecipar.

No ano anterior tiveram um período de dias com imenso vento, já tiveram no passado opções na feira que não se concretizaram por circunstâncias meteorológicas. Existiam fatores que eram variáveis e que não conseguiam antecipar àquela distância, por essa razão não seria rigoroso dizer que o número de dias de feira fosse objetivamente mais atrativo. Aquele era um trabalho que faziam, não existindo uma opinião consensualizada. Se podia ser verdade que para algumas dimensões isso se poderia concretizar, porque quem estava mais dias, poderia eventualmente realizar mais receita, não era menos verdade que tinham outras entidades que era muito importante estar na feira, que claramente lhes diziam que tantos dias de feira criava uma dificuldade enorme na sua presença.

Travava-se de um exercício que interessava a todos. Deveriam discutir de uma forma sem prejuízo das opiniões e das perspetivas diferentes que poderiam ter.

Referiu que foi muito ponderada pela equipa técnica, avaliando perspetivas diferentes, opiniões diferentes, sensibilidades diferentes, bem como de feirantes, do movimento associativo, do movimento comercial, da área da restauração, dos espetáculos, aquilo que pretendiam introduzir na feira naquele ano. Disse que foi aquela opção naquele ano, considerando todos aqueles elementos.

Mencionou ser uma discussão interessante que todos tivessem, sobretudo com os argumentos de perspetivas diferentes.

Acima de tudo o que deveria pautar a qualquer eleito daquela autarquia, independentemente da sua condição, a feira teria que ser um evento de excelência e com a dignidade de quem os visitava, de todos os setubalenses e azeitonenses e de todos os concidadãos que durante aqueles dias pretendiam-nos visitar e para que saíssem com uma imagem que Setúbal sabia organizar e receber quem visitava a feira.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que concordavam com o conteúdo da fita do tempo que o senhor Presidente expressara, tendo sido corroborado pelo senhor Vereador Pedro Pina, uma vez que consideravam que os acontecimentos culturais que ocorriam no concelho deveriam ser encadeados uns com os outros.

Referiu ser um bom princípio e era importante, pelo que não poderiam transformar um deles de forma a cobrir os anteriores ou os posteriores, por essa razão votariam a favor aquela proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que iriam votar as deliberações n.º 156/2024 até à n.º 161/2024 da mesma forma. Disse que estariam dispostos a votar em conjunto.

**Sr. Presidente** – Questionou os senhores vereadores do Partido Socialista. Havendo acordo, questionou a senhora vereadora se tinha alguma questão a colocar.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que nada tinha a colocar, estando de acordo.

**32. Deliberação n.º 156/2024 – Proposta n.º 48/2024 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida por “Verificação técnica ao abrigo do artigo 12.º do RGEU” – Processo N.º 25/23**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89, foi aprovada por unanimidade e em minuta (ver ponto 31).

**33. Deliberação n.º 157/2024 – Proposta n.º 49/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição – Processo N.º 301/23**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90, foi aprovada por unanimidade e em minuta (ver ponto 31).

**34. Deliberação n.º 158/2024 – Proposta n.º 50/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição – Processo N.º 302/23**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91, foi aprovada por unanimidade e em minuta (ver ponto 31).

**35. Deliberação n.º 159/2024 – Proposta n.º 51/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura (alterações introduzidas em obra) – Processo N.º 429/18**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92, foi aprovada por unanimidade e em minuta (ver ponto 31).

**36. Deliberação n.º 160/2024 – Proposta n.º 52/2024 – DURB/GAPRU – Aditamento à concessão da licença do edifício – Processo N.º 92/18**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93, foi aprovada por unanimidade e em minuta (ver ponto 31).

**37. Deliberação n.º 161/2024 – Proposta n.º 53/2024 – DURB/GARIU – Continuidade de 40 painéis publicitários**

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 94 e 95, foi aprovada por unanimidade e em minuta (ver ponto 31).

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sra. Eunice Júlia** – Disse morar num apartamento alugado, o seu senhorio vendera o apartamento e dera-lhe ordem de despejo, ficando a sua família de 6 pessoas a viver na rua. Disse ser doente, tinha apneia do sono e à noite para conseguir dormir tinha de ficar ligado a uma máquina, que naquela altura não tinha. Dormia numa casa devoluta que não tinha condições. A referida casa durante o período da noite abarcava vários toxicodependentes. Quando fizera o pedido à câmara foi com urgência, no entanto, colocaram-lhe como sendo um processo normal. Pretendia que o senhor Presidente lhe encaminhasse para algum sítio, porque não conseguia estar naquela situação com os problemas de saúde que tinha.

**Sr. Presidente** – Informou a munícipe que não tinham casas disponíveis e que era um problema de maior gravidade a questão da falta de habitação.

**Sra. Eunice Júlia** – Disse existirem casas fechadas há vários anos no Bairro Afonso Costa. Disse que não pedia um palácio, apenas pretendia uma casa com dois quartos para caber os seis membros da família. Disse ter um filho num colégio, que só poderia voltar para junto de si quando tivesse uma casa. Tinha no seu poder a prova do Tribunal.

**Sra. Presidente** – Referiu que a senhora tinha dito que existiam muitas casas fechadas, no entanto, a câmara só poderia responder pelas casas do município, as outras casas não tinham responsabilidade para o fazer.

**Sra. Eunice Júlia** – Disse que as casas eram da câmara.

**Sra. Presidente** – De acordo com informação dos serviços, existiam cerca mil e tal inscrições em lista de espera. Disse que existiam instituições no país, que também tinham essa responsabilidade.

**Sra. Eunice Júlia** – Disse que sendo 6 elementos na família, cada qual iria para um quarto e separavam toda a família. Questionou se iriam viver o resto da vida na rua. Disse que até um animal tinha direito a uma casa quanto mais os humanos. Disse estar limpa, porque alguém lhes deixava tomar um banho e oferecia-lhes uma refeição. Como tinha apneia do sono e não tinha como ligar a máquina, não podia adormecer e ficava toda a noite sentada e enrolada numa manta, porque se adormecesse sem o aparelho já não acordava mais.

**Sr. Presidente** – De acordo com os serviços, existiam mil e tal famílias em lista de espera, cada uma com os seus problemas mais complicados que pudessem imaginar. Sugeriu que se dirigisse aos serviços de intervenção social, no sentido de haver algum encaminhamento para outras instituições. De acordo com a informação que tinha, as instalações que tinham disponíveis estavam todas ocupadas. Sugeriu que contactasse a Intervenção Social no edifício Sado no sentido de a poderem orientar, no sentido de saberem se existia alguma instituição em Setúbal que pudesse ajudar a resolver a situação.

**Sra. Adelaide Rodrigues** – Disse que o assunto estaria relacionado com a perturbação do sossego, má vizinhança, ofensa à integridade psicológica, ofensas ao bom nome e injúrias. Aquele assunto não tinha sido solucionado pelo departamento competente daquela câmara em tempo útil.

Referiu ser residente naquele imóvel desde 1992, tendo o seu filho adquirido a propriedade do imóvel. Nunca tiveram nenhum conflito com qualquer morador vizinho, sendo uma comunidade de moradores bastante sossegada e tranquila, onde todos se davam bem. Desde 2013 o 2.º andar do seu prédio teve novos inquilinos e desde 2020, por motivos que se desconheciam, nunca mais os moradores tiveram sossego ou paz, uma vez que a moradora do 2.º andar perturbou a vizinhança em especial da sua casa, que habitava no andar de baixo. O problema iniciou-se com ruído com o arrastar de móveis, bater no soalho, bater nas paredes, remeço de objetos pelo chão durante todo o dia, recomeçando de madrugada, impedindo os moradores de descansar e até mesmo de permanecerem dentro da sua casa, pois o barulho era impossível de ignorar. Começaram por chamar a Polícia de Segurança Pública de modo a fazer cessar o ruído constante, não tendo surtido qualquer efeito, uma vez que a senhora se colocava na janela para verificar a chegada dos carros de patrulha, cessando o ruído com a sua aproximação e voltando a produzi-lo com a saída das autoridades.

Aquela perturbação do ruído constantemente produzido foi escalando a presente situação para questões relacionadas com a higiene do espaço comum do prédio, urina de animais e colocação de objetos, baldes e tapetes, despejando os restos de alimentos pela janela,

sacudindo tapetes na janela, fazendo com que a sujidade entrasse na habitação dos restantes inquilinos, não podendo manter as janelas abertas. Tudo aquilo ainda com a ameaça ao bom nome, injúrias e ofensas.

Disse ter fotografias da situação como estava o estado da casa provocada pela situação. Todas aquelas atitudes foram-se agravando ao longo do tempo, tendo informado as técnicas de habitação social. Por várias vezes os moradores e outros vizinhos dirigiram-se aos serviços de habitação social, no edifício Sado, para lhes pudesse ajudar, mas tudo sem sucesso.

Denunciaram junto do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, que se juntava naquela pasta que pretendiam entregar ao senhor Presidente da Câmara. Aquela situação levava ao desespero dos moradores que não conseguiam dormir uma noite seguida há mais de um ano, sendo obrigados a fazer as refeições fora do horário normal, uma vez que a senhora do 2.º andar propositadamente emitia ruídos muito alto durante aqueles horários, sabendo que incomodava a hora da refeição e de descanso.

Toda aquela situação levou a que muitos entrassem numa escala depressiva que acabou por culminar em consultas de psiquiatria e naquele momento encontravam-se numa situação limite.

Em 5 de dezembro de 2022 foi entregue um abaixo-assinado dos moradores junto do atendimento da câmara, sem que tivessem dado ainda qualquer resposta. Várias vezes pediram ajuda desesperadamente a todas as técnicas do serviço de habitação, totalmente conscientes da presente situação e nada fizeram.

No mês de julho de 2023 os técnicos deslocaram-se ao prédio e nada fizeram, mesmo tendo verificado a situação de falta de higiene e da colocação de materiais nos espaços comuns do prédio, assim como dentro do seu imóvel, pelos danos e infiltrações causados pela inquilina em questão.

Disse estar na altura do senhor Presidente intervir naquela situação, transferindo a moradora do imóvel, uma vez que a mesma não respeitava os vizinhos, que também já apresentaram as suas denúncias e nada tinha sido feito.

Aquela não era uma questão exclusiva daqueles moradores, sendo também uma questão relacionada com a boa convivência do bairro, que era conotado com problemas daquele género, porque os serviços do município não apoiavam os moradores daquele bairro social, para manterem o bairro em paz e sossegado, escolhendo proteger os munícipes que tinham aquele tipo de atitudes.

**Sr. Presidente** – Solicitou à senhora Adelaide que lhe entregasse os documentos e o abaixo-assinado.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Mencionou que se tratava de um caso conhecido, era uma situação que procuraram resolver enquanto serviços. Disse que já tinha falado várias vezes com a senhora, que era madeirense, que atualmente se recusava a aparecer ao atendimento, sendo um de entre alguns casos que tinham nos vários bairros, de total incapacidade de vivência em comum, fosse com quem fosse. Disse ser um problema sério que tinha para resolver.

Referiu que nalguns casos estaria relacionado com o apoio social, noutros casos teria relacionado com Ministério Público. Para além daquele caso, na Alameda das Palmeiras era o bairro que tinha mais casos do mesmo género. Disse que foi um bairro onde foram encaminhadas pessoas com algumas dificuldades psiquiátricas e outras, dos quais têm estado a acompanhar. Disse terem 30 casos insalubres, de situações que não eram aceitáveis em termos de vivência num prédio.

Disse que fizeram reuniões com a Segurança Social no sentido de ver se conseguiam encontrar alguma solução. Tentou-se fazer um projeto especial só para aqueles casos, visto que as instituições, em geral, não tinham solução nos esquemas habituais de resposta social. Tentou-se fazer ainda com a Doutora Natividade um projeto específico, que não se conseguiu avançar por qualquer razão. Disse que já reuniram com a nova diretora, mas não

conseguiram resolver o problema, porque não havia nas regras do apoio social, resposta social para casos daqueles. A situação era intolerável, porque tinham casos de pessoas que eram impossíveis de viver num prédio e a alternativa que tinham era colocá-los fora e ao fazê-lo eles iriam ficar na rua.

Significava que teria de haver uma resposta social, caso contrário criava-se uma situação que a senhora do público descrevera muito sumariamente, porque era uma coisa muito grave, pela impossibilidade de as pessoas viverem no prédio com uma pessoa daquelas. Disse que já tiveram num outro prédio, um senhor, que era um caso psiquiátrico, que, entretanto, já tinha falecido, com cerca de 40 anos e que mandava facas contra os vizinhos, mandava móveis pela janela e outras coisas. A câmara tratou com o hospital e o senhor fora medicado e quando ele se medicava equilibrava, quando não se medicava ficava desequilibrado, sendo um perigo tremendo. Não houve forma de encontrar solução, sendo que nalguns casos a única hipótese seria a institucionalização, mas não se encontrou nenhuma solução.

No fundo, a câmara que se “desembrulhasse” assim como o sector da habitação e depois logo se veria. Com as obras que decorriam nalguns bairros, já tinham alguns problemas complicados dentro daquelas casas. Alguns daqueles inquilinos nem sequer permitiam que se abrisse a porta e agrediam os técnicos, sendo que os mesmo tinha de se fazer acompanhar com a polícia.

Naquele caso tratava-se de uma proprietária e a câmara não tinha capacidade de intervir sobre a mesma. Tratava-se de um litígio de condomínio que entrava na base legal e na base judicial. Disse ser preciso encontrar soluções para aqueles casos.

Disse que iria pegar naquele dossiê, que era um caso que conhecia, mas não em profundidade.

Referiu que já tinha reunido com 3 ou 4 dos inquilinos e iria voltar a chamá-los para tentar perceber que passos poderiam dar, porque a situação era muito difícil de sustentar, fosse para quem fosse.

Intervenção inaudível (público)

**Sr. Presidente** – Disse que as restantes inscrições por parte do público que tinha em seu poder eram sobre o mesmo assunto.

Referiu que a senhora Eunice já tinha feito a exposição e o senhor vereador referiu que iria tomar a iniciativa de falar com os munícipes que estavam inscritos, para falar sobre o mesmo assunto em particular e ver com outras entidades, porque a câmara não tinha os meios nem a solução para aquele problema, mas a câmara faria aquilo que estivesse ao seu alcance para as entidades que teriam de intervir naquele processo encontrassem uma solução. Havendo uma pessoa que colocava em causa o bem-estar de um conjunto significativo de outras pessoas, certamente que teriam de encontrar um caminho que não era fácil, porque aqueles processos não eram fáceis.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Questionou o senhor Vereador Carlos Rabaçal, sobre desde quando é que havia conhecimento daquela situação por parte dos serviços.

Questionou o senhor Vereador Carlos Rabaçal se tinha percebido aquilo que tinha sido transmitido pela munícipe, porque se tratava de casa própria.

Questionou sobre o que o senhor Vereador pretendia dizer com: “*A senhora foi deixada lá*”. Disse que tinha ficado sem perceber o que aquilo significava.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que falou de vários exemplos de vários conflitos e aquele eram um deles. Significava que havia várias situações mais complicadas do que aquela, de pessoas insalubres, com casos psiquiátricos deixados lá, não se referia à referida inquilina, o que criava muitos problemas de diverso tipo.

Naquele dia tivera uma reunião com toda a equipa da habitação e um dos assuntos foi o dossiê de insalubres, com cerca de 30 pessoas. Os insalubres incluíam os casos psiquiátricos e os casos de recoletores, de situações impossíveis e a par daqueles insalubres possuíam

meia dúzia de casos de pessoas que não tinham perfil para viver com outras, como seria o exemplo daquela inquilina.

Disse que naquele caso estariam numa situação de litígio entre vizinhos proprietários dos seus imóveis e a câmara não tinha que resolver o problema, mas se a câmara tivesse um inquilino seu que tivesse aquela atitude, teria que intervir sobre o inquilino, porque havia um contrato com a câmara, em que havia coisas que o inquilino não poderia fazer e sobre as quais a câmara poderia intervir.

No caso de serem inquilinos da câmara podiam intervir, chamando a atenção para os seus deveres contratuais, de forma a gerir e a equilibrar as coisas, naquele caso concreto, porque se tratava da proprietária do imóvel a câmara tinha limitações sérias e não podia expulsar a senhora da sua casa, sendo um caso de polícia, os restantes inquilinos queixaram-se junto do Ministério Público. A senhora que era proprietária não era obrigada a falar com a câmara, nem sequer era obrigada a ir a reuniões de condomínio, mas tinha que se submeter às decisões do condomínio, que por sua vez teria que ser exercida pelo poder judicial. Iria reunir com o condomínio para avançar com uma ação judicial ou outro tipo de solução para os ajudar.

Disse que se tratava de uma pessoa anti social, muito difícil de lidar. Disse que tinham outros casos diferentes que careciam de apoio, porque não tinham condição de autonomia para viver onde estavam a viver e criavam problemas muito sérios. Muitas daquelas pessoas não precisavam de medidas punitivas, mas de apoio social o que era muito difícil, porque a câmara não tinha resposta social e as instituições que deveriam ter resposta social também não conseguiam dar resposta. Disse que já tentaram uma resposta “à la carte” com a Doutora Natividade, que não avançou por falta de orçamento.

No que se referia à situação de pessoas insalubres, teriam que voltar a falar sobre o assunto.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que independentemente da explicação dada pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, a câmara era uma entidade que podia fazer uma queixa ao Ministério Público, para ajudar as pessoas que estavam naquela situação difícil.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era um assunto do conhecimento do Ministério Público, por quem de direito “os próprios queixoso”, sendo a forma mais adequada. Tinha sido aquilo que combinaram com os restantes inquilinos que fizeram a respetiva queixa, no entanto, o próprio Ministério Público tinha muita dificuldade em mexer naquele assunto.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Questionou se a Segurança Social podia ter alguma intervenção no sentido de ajudar a resolver o problema.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que naquele caso concreto tinha dúvidas que pudesse fazer alguma coisa, a não ser que fizesse como a câmara, ajudando na relação de conflitos. Disse que não tinha dúvidas que a Segurança Social não se iria meter naquela situação.

Intervenções inaudíveis por parte do público

**Sr. Presidente** – Disse que se tratava de problemas com que a Câmara Municipal, cada vez mais, se confrontava, porque os problemas sociais se iam agravando. Disse que havia entidades que tinham responsabilidades e as pessoas dirigiam-se às respetivas entidades e a informação que lhes era dada ia no sentido de se dirigirem à Câmara Municipal, mas naquele caso específico tratava-se de caso de polícia. Muitas pessoas que se dirigiam à câmara já tinham passado pela Segurança Social, significava que mais parecia um tipo de “pingue-pongue”.

Tal como tinha referido no início da reunião iriam continuar na luta, com a expectativa que os senhores vereadores também expressassem e continuassem os valores do 25 de Abril, porque era daquela forma que iriam atingir os objetivos de aprofundar a democracia.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 17 de julho de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 36 folhas numeradas.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Vitor Marcos  
Aldora Poeira

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio